

BOLETIM INFORMATIVO

Edição nº 04

janeiro a junho de 2025

CONTEÚDOS

DESTAQUES 02

EVENTOS 04

ARTIGOS 12



Relatório sobre o Orçamento de Estado para 2025 aprovado pela Assembleia Nacional

Pag. 02



Conselho das Finanças Públicas de Portugal (CFP-PT) visitou Cabo Verde

Pag. 04

É como muito entusiasmo que apresentamos a 4.^a edição do boletim informativo do Conselho das Finanças Públicas (CFP), referente às atividades realizadas no primeiro semestre de 2025.

Esta edição regista momentos especialmente marcantes para o CFP, com destaque para a visita oficial do Conselho das Finanças Públicas de Portugal a Cabo Verde, cujo ponto alto desta visita foi realização da Conferência sobre “Supervisão da Política Orçamental: as experiências portuguesa e cabo-verdiana”.

Destacamos, igualmente, a formação destinada a jornalistas, promovida pelo CFP no âmbito da comemoração do segundo aniversário da tomada de posse dos membros do Conselho, bem como a assinatura de protocolos de cooperação com as instituições do ensino superior em Cabo Verde.

Alinhada com o Plano de Gestão e Orçamento de 2025, esta edição reporta ainda a participação do CFP em eventos e encontros técnicos com diversas entidades parceiras, nacionais e internacionais.

No plano técnico, apresentam-se os resumos dos principais relatórios elaborados durante este período nomeadamente o Relatório sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2025, aprovado pela Assembleia Nacional, e o Relatório de Execução Orçamental de 2023 – Apreciação da Conta Geral do Estado.

Como habitual, integram-se também artigos produzidos por membros do Conselho.

Todas as informações apresentadas estão igualmente disponíveis nas nossas plataformas digitais, nomeadamente no Facebook (<https://www.facebook.com/cfpvcv2023>) e no site oficial do CFP (<https://cfp.cv/>).

Desejamos uma excelente leitura!

Atenciosamente,

Conselho das Finanças Públicas

Relatório sobre o Orçamento de Estado para 2025 aprovado pela Assembleia Nacional



O Conselho das Finanças Públicas (CFP) analisou o Orçamento do Estado para 2025, documento final aprovado pela Assembleia Nacional (AN), para avaliar em que medida o Orçamento discutido e aprovado continuava a respeitar os princípios e regras orçamentais previstas na lei de Bases do orçamento, nomeadamente os critérios de equilíbrio, estabilidade e transparência. Mesmo que este relatório não seja uma exigência legal formal, ele cumpre a missão essencial do CFP.

Metodologia - O CFP comparou a Proposta de Orçamento do Estado para 2025 (POE/2025), entregue ao Parlamento em outubro de 2024, com a versão aprovada e divulgada no boletim oficial em dezembro de 2024 (Lei n.º 45/X/2024). O objetivo foi verificar se houve alterações significativas que pudessem comprometer as boas práticas orçamentais e identificar os eventuais riscos.

Cumprimento das Regras Orçamentais - A análise mostrou que o Orçamento aprovado cumpre os principais requisitos definidos por lei.

Equilíbrio orçamental: O saldo primário (antes do pagamento de juros da dívida) é positivo, com 693 milhões de escudos (0,23% do PIB).

Estabilidade orçamental: O défice global foi mantido em 1,85% do PIB, mostrando esforço de contenção.

Sustentabilidade da dívida: A dívida pública deve situar-se em 105,2% do PIB, uma não conformidade com a regra da dívida pública, mantendo contudo uma tendência de descida nos últimos anos.

Limite de endividamento: O Governo respeitou os limites legais para contrair novas dívidas.

Transparência: O documento orçamental apresenta os dados de forma clara e acessível.

Possíveis alterações - O Orçamento foi alvo de debate e discussão na Assembleia Nacional. Contudo, o CFP conclui que não houve alterações relevantes que comprometam o equilíbrio ou as metas fiscais. As principais rubricas orçamentais mantiveram-se conforme a proposta original:

O saldo corrente global continua positivo em 5.481 milhões de escudos.

As receitas totais previstas são de 92.429 milhões de escudos, enquanto as despesas totais somam 97.911 milhões.

A receita fiscal deverá crescer 7,3%, refletindo uma recuperação da atividade económica. Por outro lado, a despesa de capital aumentou 43,8%.

Segundo o CFP, não foram identificados novos riscos orçamentais na versão aprovada. Os riscos existentes mantêm-se os mesmos da proposta inicial e estão relacionados, principalmente, com fatores externos (como choques económicos globais), bem como a execução eficiente do orçamento.

Recomendações do CFP

Para reforçar a sustentabilidade e a boa gestão das finanças públicas, o CFP sugere:

- Monitorar a execução do orçamento ao longo do ano, garantindo que se cumprem as metas fiscais;

- Controlar melhor as despesas públicas, eliminando gastos ineficientes e focando nas áreas prioritárias;
- No âmbito da consolidação orçamental, reduzir a dependência de receitas fiscais para equilibrar as contas, dando mais atenção à gestão de despesas.

Indicadores-chave (em % do PIB):

Indicador	2024	2025 Previsto
Saldo Global	-2,92	-1,85
Saldo Primário Global	-0,69	+0,23
Saldo Corrente Global	+0,39	+3,43
Dívida Pública (rácio)	108%	105,2%

Conclusão

O Orçamento de Estado para 2025 mantém os pilares essenciais da boa governação financeira: responsabilidade, prudência e transparência. Apesar do debate parlamentar, o documento final respeita as regras legais e as metas fiscais definidas, (excepto a dívida pública) sem comprometer a estabilidade económica do país.

O CFP continuará a acompanhar a implementação ao longo do ano, contribuindo com análises e recomendações técnicas que melhorem a gestão orçamental, a transparência, a disciplina orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas.

Relatório de Execução Orçamental de 2023: Apreciação da Conta Geral do Estado de 2023



O relatório analisou a execução orçamental de 2023 segundo a Lei de Bases do Orçamento, destacando os principais agregados fiscais, nomeadamente os saldos, a dívida, o financiamento e a sustentabilidade das finanças públicas.

A execução foi de 85,6% (em relação ao orçamento inicial) e 72,6% (em relação ao orçamento reprogramado), com destaque para o pilar de Estado Social em 90%. O pilar Soberania teve uma execução de 82,7%. Em contraste, os pilares Economia (37,7 por cento) e Ambiente (32,8 por cento) registaram desempenhos abaixo da média nacional.

O défice reduziu para 0,2% do PIB e a dívida para 113%. A receita efetiva cresceu 21,9% e a despesa apenas 5,8%, gerando saldo primário positivo

de 2,1%. Reforça-se a necessidade de consolidação fiscal e a eficiência da execução das despesas

Em síntese, o ano 2023 foi marcado por uma recuperação económica sólida, estabilização da inflação, reforço das reservas externas e consolidação fiscal. Estes elementos contribuíram para criar uma base favorável para a execução orçamental do Estado, permitindo aferir sobre a qualidade da gestão das contas públicas e o grau de alinhamento com os objetivos de estabilidade e sustentabilidade a médio prazo. No entanto, persistem desafios no endividamento e nas responsabilidades contingentes, como garantias e avais, que exigem vigilância reforçada pelo seu potencial impacto nas finanças públicas.

Conselho das Finanças Públicas de Portugal (CFP-PT) visitou Cabo Verde



A convite do Conselho das Finanças Públicas de Cabo Verde (CFP-CV) o Conselho das Finanças Públicas de Portugal (CFP-PT) realizou uma visita institucional a Cabo Verde, de 12 a 14 de fevereiro de 2025, no âmbito da qual participou num conjunto de iniciativas de cooperação.

A missão teve como principais objetivos reforçar a cooperação entre os Conselhos, contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional do CFP-CV, promover a partilha de experiências e conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido por ambas as instituições, bem como fomentar a adoção de boas práticas em matéria de finanças públicas. Procurou-se, igualmente, sensibilizar as entidades nacionais para o papel dos Conselhos das Finanças Públicas na promoção da transparência, da disciplina orçamental e da sustentabilidade das finanças públicas.

Durante esse período, foram realizadas várias ações com destaque para a conferência subordinada ao tema “Supervisão da Política Orçamental: as experiências portuguesa e cabo-verdiana”, que proporcionou um espaço de debate e reflexão sobre as experiências, os desafios e os mecanismos de supervisão orçamental em ambos os países.



Reunião técnica entre o CFP-CV e CFP-PT



No âmbito da missão do Conselho das Finanças Públicas de Portugal (CFP-PT) a Cabo Verde, foi realizada, no dia 12 de fevereiro de 2025, uma reunião técnica nas instalações do Conselho das Finanças Públicas de Cabo Verde (CFP-CV).

A delegação portuguesa foi composta pela Presidente do CFP-PT, Doutora Nazaré da Costa Ca-

bral, pelas Vogais, Dra. Patrícia Semião e Dra. Noémia Goulart, pelo Diretor dos Serviços Técnicos, Doutor Carlos Marinheiro e pela assessora da comunicação, Sra. Helena Rua.

Durante o encontro, foram discutidos vários temas técnicos, bem como formas de aprofundamento da cooperação entre as duas instituições. O CFP-CV esteve representado pelo seu Presidente, Doutor Osvaldo Borges, e pelos Vogais Dra. Carla Carvalhal, Dra. Albertina Fortes, Doutor Carlos Rocha e Dr. Minarvino Furtado, que apresentaram um balanço geral do primeiro ano de funcionamento da instituição, destacando os principais marcos, desafios e perspetivas futuras.

Visita de Cortesia ao Presidente da Assembleia Nacional



Como parte da missão do Conselho das Finanças Públicas de Portugal (CFP-PT) a Cabo Verde, realizou-se, no dia 13 de fevereiro de 2025, uma visita de cortesia ao Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Austelino Correia. A visita contou com a presença dos Presidentes dos Conselhos das Finanças Públicas de Cabo Verde e de Portu-

gal, Doutores Osvaldo Borges e Nazaré da Costa Cabral, respetivamente, bem como de membros do CFP-CV e da delegação do CFP-PT.

Essa visita constituiu uma oportunidade para reforçar a importância do papel do Parlamento na supervisão orçamental, bem como para fomentar o diálogo sobre a relação institucional entre o CFP e a Assembleia Nacional. O Presidente da Assembleia Nacional destacou a excelência das relações de cooperação entre Cabo Verde e Portugal, reforçadas pela recente cimeira bilateral (janeiro de 2025) e pelos seus importantes resultados nos domínios económico, financeiro e cultural. Enalteceu ainda o trabalho desenvolvido pelos Conselhos das Finanças Públicas de ambos os países, sublinhando o seu contributo para a promoção da transparência, da disciplina orçamental e do fortalecimento da democracia.

Visita de Cortesia ao Vice-Primeiro-Ministro



Enquadrado ainda na missão do CFP-PT a Cabo Verde, no dia 13 de fevereiro, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Dr. Olavo

Correia, acompanhado pelo Secretário de Estado das Finanças, Dr. Alcindo Mota, recebeu em visita de cortesia os Presidentes dos Conselhos das Finanças Públicas (CFP) de Cabo Verde e de Portugal, Doutores Osvaldo Borges e Nazaré da Costa Cabral.

A visita, que contou também com a presença dos dirigentes do Ministério das Finanças e das delegações do CFP de Cabo Verde e de Portugal, reforçou o compromisso mútuo com a cooperação, a troca de conhecimentos e a partilha de boas práticas na supervisão orçamental.

CFP-CV promoveu Conferência sobre Supervisão da Política Orçamental: as experiências portuguesa e cabo-verdiana

O Conselho das Finanças Públicas de Cabo Verde (CFP-CV) promoveu, no dia 14 de fevereiro, a Conferência subordinada ao tema “Supervisão da Política Orçamental: as experiências portuguesa e cabo-verdiana”, que teve lugar no auditório do Banco de Cabo Verde. Essa conferência constituiu um espaço de reflexão e partilha de conhecimentos sobre os desafios e práticas na supervisão orçamental em Cabo Verde e em Portugal.

A sessão de abertura esteve a cargo do Primeiro-Ministro, Dr. Ulisses Correia e Silva e contou com as intervenções dos Presidentes do CFP-Cabo Verde e Portugal, Doutor Osvaldo Borges e Doutora Nazaré da Costa Cabral, respetivamente. A conferência teve a participação, como palestrantes do CFP-Portugal, da Presidente, Doutora Nazaré da Costa Cabral, da Vogal, Dra. Noémia Goulart, e do Diretor Técnico, Doutor



Carlos Marinheiro. Pelo CFP-Cabo Verde, participou como palestrante o Doutor Carlos Rocha.

A conferência contou com a presença de diversas personalidades políticas, representantes de órgãos de soberania, membros do corpo diplomático, dirigentes máximos de várias instituições, bem como representantes de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, além de membros da academia.

Participação no curso sobre o novo Código de Procedimento Administrativo

O curso sobre o novo Código de Procedimento Administrativo (CPA) foi organizado pela Fundação Direito e Justiça e decorreu entre os dias 10 e 27 de março de 2025, nas instalações do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). O curso teve uma duração total de 40 horas, com sessões realizadas em formato presencial e online.

Ministrado por professores com vasta experiência na matéria, o curso proporcionou uma análise aprofundada do CPA, indo além de uma abordagem meramente descritiva, ao explorar a sua aplicabilidade prática no contexto laboral.

Participaram nesta formação os vogais execu-

tivos do Conselho das Finanças Públicas (CFP), Dra. Albertina Fortes, Dra. Carla Carvalhal e Doutor Carlos Rocha, bem como a secretária, Dra. Kátia Tavares.



CFP reuniu-se com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)



O Conselho das Finanças Públicas (CFP) reuniu-se, no dia 27 de fevereiro de 2025, nas suas instalações, com uma delegação do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no âmbito do estudo “Avaliação da Resiliência de Cabo Verde Frente a Múltiplos Choques – Cabo Verde 2025”.

A reunião teve como objetivo recolher informações sobre os relatórios e pareceres desenvolvidos pelo CFP que possam contribuir para a identificação dos principais riscos, fragilidades e desafios em matéria de finanças públicas, assim como obter inputs e perspetivas relevantes sobre a situação económica, social e ambiental do país.

Além disso, foi discutida a possibilidade de estabelecer parcerias institucionais entre o BAD e o CFP.

Reunião entre CFP e Dirigentes do Ministério das Finanças



No quadro do Reforço da Cooperação Institucional, foi realizada no dia 6 de março de 2025 uma reunião com a Direção Geral do Tesouro (DGT) e com a Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE).

Durante a reunião, foram discutidas as formas de acesso aos dados destas entidades, essenciais para o desempenho das atribuições do CFP, assim como os mecanismos para assegurar o envio regular de informações em formatos adequados e acessíveis. Abordou-se ainda a possibilidade de formalização de um protocolo de cooperação, inspirado em boas práticas adotadas em Portugal. A Diretora da DGT, Dra. Soeli Santos, e o Coordenador da UASE, Dr. Sandeney Fernandes, manifestaram total disponibilidade para colaborar com o CFP.

Da parte do CFP, estiveram presentes o Presidente, Doutor Osvaldo Borges, e os Vogais Executivos, Dra. Albertina Fortes, Dra. Carla Carvalhal e Dr. Minarvino Furtado.

Reunião entre o CFP e a DNOCP



No âmbito do protocolo de cooperação já estabelecido com a Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública (DNOCP) do Ministério das Finanças, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) realizou, no dia 12 de março de 2025, uma reunião com esta entidade com o objetivo de apresentar o seu plano de atividades para o ano em curso e discutir os principais constrangimentos verificados em 2024.

Durante a reunião, foram apresentadas as ações previstas, no âmbito das competências do CFP, nomeadamente as relacionadas com a elaboração de relatórios e emissão de pareceres. Aproveitou a ocasião para solicitar esclarecimentos sobre alguns dados orçamentais e reiterou a importância da colaboração contínua da DNOCP para garantir o acesso atempado e adequado à informação necessária ao desempenho das

suas funções. A DNOCP, representada pelo seu Diretor, Dr. José Luís Semedo, demonstrou total abertura para continuar a colaborar com o CFP, reafirmando o compromisso assumido no protocolo de cooperação existente entre as duas instituições.

Assim, ficou acordado o reforço da articulação entre as equipas técnicas das duas instituições, com vista à partilha regular de informação e à realização de ações conjuntas que promovam maior transparência e rigor na gestão das finanças públicas.

Da parte do CFP, estiveram presentes o Presidente, Doutor Osvaldo Borges, e os Vogais Executivos, Dra. Albertina Fortes, Dra. Carla Carvalho, Doutor Carlos Rocha e Dr. Minarvino Furtado. Da parte da DNOCP, participaram, ainda, a Diretora do Serviço de Contabilidade Pública, Dra. Recilete Delgado Jóia, e Diretora de Serviço do Orçamento, Dra. Eunice Mosso.



CFP participou na Formação para Elaboração do Primeiro Orçamento Cidadão de Cabo Verde



O Conselho das Finanças Públicas (CFP) participou, de 19 a 23 de maio, na formação destinada à elaboração do primeiro Orçamento Cidadão de Cabo Verde, que reuniu cerca de 50 técnicos e dirigentes do Ministério das Finanças.

Durante o workshop, foram definidos os principais pilares do processo, como o roteiro de implementação, os públicos-alvo e uma análise SWOT alinhada com os padrões internacionais de transparência fiscal. As sessões incluíram apresentações, trabalhos em grupo e exercícios

práticos para o planeamento da auscultação pública.

Esta ação foi apoiada pelo Programa Regional de Governação Económica e Gestão das Finanças Públicas nos PALOP e Timor-Leste, financiado pela União Europeia e gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em representação do CFP, participaram as Vogais Executivas, Dra. Albertina Fortes e Dra. Carla Carvalho.



O Presidente do CFP participou como orador no lançamento do Relatório do Banco Mundial em Cabo Verde



O Presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP) de Cabo Verde, Doutor Osvaldo Borges, participou como orador no evento de lançamento do relatório do Banco Mundial intitulado *"Cabo Verde Public Finance Review: Enhancing Fiscal Sustainability in the Face of Shocks"*, realizado no dia 21 de junho, na cidade da Praia. O evento contou com a presença de diversas enti-

dades nacionais e internacionais, tendo a sessão de abertura sido presidida pela Dra. Indira Campos, Representante Residente do Banco Mundial em Cabo Verde, e o encerramento foi feito pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia.

Na sua intervenção, o Doutor Osvaldo Borges destacou a importância dos estudos sobre os riscos fiscais e a sustentabilidade das finanças públicas, sublinhando a pertinência das recomendações do relatório face à missão e as competências do CFP, no que respeita à avaliação da consistência, do cumprimento e da sustentabilidade da política orçamental. Acrescentou ainda que a questão da execução orçamental, referida no relatório do Banco Mundial, está igualmente refletida na análise do CFP à Conta Geral do Estado de 2023, conforme evidenciado no seu mais recente Relatório de Execução.

O CFP aprovou o seu Plano Estratégico

Este plano foi concebido para um horizonte temporal de quatro anos (2025-2028), tendo como finalidade orientar a atuação da instituição neste período, respondendo de forma estratégica aos desafios e refletindo a ambição da instituição.

A sua elaboração contou com o apoio e assistência técnica externa, envolvendo também colaboradores e várias instituições parceiras em diferentes fases, como a Assembleia Nacional, DNOCP, Câmaras Municipais, ADECO, CITI-Habitat, FMI e Projeto PRO PALOP-TL. A versão provisória foi previamente socializada com estes parceiros, com o objetivo de auscultá-los, re-

colher contributos que tornassem o documento mais exequível possível, de forma a alcançar os objetivos definidos.



CFP reuniu com o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para dar a conhecer a Iniciativa de Literacia Orçamental



O Conselho das Finanças Públicas (CFP), representado pelo seu Presidente, Doutor Osvaldo Borges, acompanhado pela Vogal Dra. Carla Carvalho, reuniu-se, no dia 27 de maio de 2025, com o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para a área de Comunicação Social,

Dr. Lourenço Lopes com o objetivo de dar a conhecer as principais iniciativas e projetos do CFP no âmbito da literacia orçamental.

Entre as iniciativas em perspetiva, destacou-se uma sessão de formação, que seria realizada no passado dia 12 de junho, dirigida a jornalistas e profissionais da comunicação, subordinada ao tema: *"Do Orçamento à Notícia: Literacia Orçamental para Jornalistas"*, em colaboração com os parceiros internacionais. Esta ação visava dotar os participantes de conhecimentos objetivos e aplicáveis sobre os princípios e regras orçamentais e a análise de relatórios do CFP sobre a supervisão da política orçamental, promovendo uma cobertura mediática mais clara, rigorosa e fundamentada das questões relacionadas com as finanças públicas.

CFP promoveu a Formação “Do Orçamento à Notícia: Literacia Orçamental para Jornalistas”



No âmbito das comemorações do segundo aniversário do início das atividades e do empossamento dos seus membros, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) de Cabo Verde promoveu, no dia 12 de junho, uma ação de formação dirigida a jornalistas, profissionais da comunicação social e estudantes finalistas da área. A formação, realizada em formato híbrido e com cobertura nacional, teve como objetivo reforçar os conhecimentos sobre os princípios e regras orçamentais, contribuindo para a melhoria da qualidade da cobertura mediática dos relatórios elaborados pelo CFP sobre as finanças públicas.

A sessão de abertura contou com a intervenção do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Sr. Lourenço Lopes, e com as participações do Representante Residente do Escritório Conjunto PNUD-UNICEF-FNUAP, Sr. David Marten, do Encarregado de Negócios da União Europeia em Cabo Verde, Sr. Sacha Egard, e do Presidente do CFP-Cabo Verde, Sr. Osvaldo Borges.

A formação foi estruturada em torno dos seguintes módulos:

- Módulo I: Princípios e Regras Orçamentais e o Papel do Conselho das Finanças Públicas
- Módulo II: Decifrar os Relatórios: Como Ler e Interpretar Relatórios Orçamentais
- Módulo III: Dos Relatórios à Notícia – A Experiência Portuguesa

Os módulos foram abordados pelos vogais executivos do CFP-Cabo Verde, Sra. Carla Carvalhal, Sr. Carlos Rocha e Sr. Minarvino Furtado, bem como pela assessora de comunicação do CFP-Portugal, Sra. Helena Rua.

A ação foi financiada pelo Pro PALOP-TL ISC. Nesse sentido, o seu responsável, Sr. Ricardo Gomes apresentou, na parte final da formação, o tema “Produtos do Programa Pro PALOP-TL”, especialmente direcionado aos jornalistas e média.



Reunião entre o CFP e a ANMCV



No exercício das competências que lhe são conferidas, nomeadamente a prevista na alínea d) do artigo 7.º da Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março — relativa à avaliação da situação financeira das autarquias locais —, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) tem vindo a desenvolver ações de

informação e sensibilização junto da maioria dos municípios, com vista à apresentação das metodologias de trabalho a adotar neste processo.

Neste âmbito, no dia 30 de junho de 2025, o CFP, representado pelo seu Presidente, Dr. Osvaldo Borges, reuniu-se com a nova Direção da Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde (ANMCV), liderada pelo Dr. Fábio Vieira.

O encontro teve como objetivos a apresentação institucional, o reforço do diálogo e o alinhamento de perspetivas sobre os trabalhos previstos a desenvolver no quadro da avaliação das finanças locais.

A ANMCV manifestou total disponibilidade para colaborar com o CFP, tendo sido acordada a celebração de um protocolo de cooperação institucional. Estiveram também presentes as Vogais Executivas do CFP, Dra. Albertina Fortes e Dra. Carla Carvalhal.

Ações Desenvolvidas no Âmbito do Projeto Literacia Orçamental



No decurso do primeiro semestre de 2025, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) deu continuidade à implementação das atividades enquadradas no Projeto de Literacia Orçamental, em alinhamento com o Plano de Gestão e Orçamento para o presente ano. Tendo em conta que uma das atribuições do CFP é avaliar a situação financeira das autarquias locais, foi delineado um programa de sensibilização dirigido aos municípios, que contempla a realização de encontros com as Câmaras Municipais e sessões de palestras em escolas secundárias.

Nos meses de abril e maio, os membros do Conselho realizaram encontros com diversas autarquias, nomeadamente: Ribeira Grande de Santiago, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina de Santiago, Tarrafal de Santiago, Santa Cruz e Maio com o objetivo de apresentar o CFP, a sua missão e a metodologia de trabalho, tendo

em vista as ações previstas junto das autarquias locais. Durante estas visitas, destaca-se a total abertura e disponibilidade manifestadas pelas entidades municipais em colaborar e disponibilizar as informações necessárias para a concretização dos trabalhos a serem realizados pelo CFP.

No âmbito das ações de sensibilização dirigidas aos alunos dos ensinos secundário e superior, foram igualmente realizadas palestras em instituições de ensino superior da ilha de Santiago, em escolas secundárias dos municípios visitados, bem como na cidade da Praia e na ilha de São Vicente. Nessas sessões, os participantes tiveram a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos sobre temas como o Orçamento do Estado, défice, dívida pública, princípios e regras orçamentais, e o papel do CFP.

CFP recebeu Delegação do Parlamento Angolano



No âmbito da visita de uma delegação do Parlamento Angolano a Cabo Verde, chefiada pelo Deputado Sr. João Domingos, o Conselho das Finanças Públicas (CFP), presidido pelo Sr. Osvaldo Borges, recebeu no dia 24 de junho, os parlamentares Sra. Deputada Eva da Costa, Sr.

Deputado Ernesto Kassongo, a Técnica Parlamentar Sra. Esperança Gonçalves, a Técnica da Assembleia Nacional de Cabo Verde Sra. Elisete Oliveira, e o Sr. Miguel José Manuel, Conselheiro da Embaixada de Angola em Cabo Verde, para uma reunião de trabalho. Do CFP, estiveram presentes os Vogais Executivos: Sra. Albertina Fortes, Sra. Carla Carvalhal, Sr. Carlos Rocha e Sr. Minarvino Furtado.

Durante o encontro, foi apresentada a trajetória do CFP, desde a sua criação até à atualidade, com destaque para os principais resultados alcançados. A reunião constituiu, também, uma oportunidade para a troca de experiências e para um diálogo construtivo sobre as relações entre as instituições independentes de supervisão orçamental e os parlamentos de Cabo Verde e Angola.

CFP formalizou vários protocolos de Cooperação com as Instituições do Ensino Superior



No âmbito da sua missão de promoção da transparência, sustentabilidade e credibilidade das finanças públicas, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) tem vindo a consolidar a sua relação com a academia através da celebração de protocolos de cooperação com instituições do ensino superior em Cabo Verde.

Nos dias 19, 20 e 26 de junho de 2025, o CFP firmou protocolos de cooperação técnica com a Universidade Lusófona de Cabo Verde (ULCV), a Coopensino/ISCEE, a Universidade do Mindelo, a Universidade do Atlântico e a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Os documentos foram as-

sinados pelo Presidente do CFP, Doutor Osvaldo Borges, e pelos Reitores ou representantes máximos das respetivas instituições.

As cerimónias contaram com a presença do Vogal Executivo do CFP, Dr. Minarvino Furtado, da Secretária, Dra. Kátia Tavares, e dos representantes das equipas reitorais, administrativas e técnicas das instituições do ensino superior.

Estes protocolos visam promover a cooperação técnica no domínio da supervisão da política orçamental, através de ações conjuntas de formação, eventos científicos e técnicos, investigação aplicada, estágios curriculares, consultoria especializada e grupos de trabalho temáticos. Incluem ainda o apoio logístico das universidades para atividades do CFP, a divulgação dos seus trabalhos e a participação de profissionais do CFP em eventos académicos.

Com estas parcerias, o CFP reafirma o seu compromisso com uma cidadania económica mais informada e um debate público mais qualificado, valorizando o papel da academia na construção de políticas públicas sustentáveis e alinhadas com os desafios do desenvolvimento nacional.



Dependência de Receitas com Turismo e Remessas: Riscos e Instabilidade Fiscal em Tempos Incertos

Dra. Carla Carvalho, CFP

Cabo Verde tem construído, ao longo das últimas décadas, uma trajetória de estabilidade política e avanços sociais. No entanto, a sua base económica e fiscal continua vulnerável a choques externos, devido à forte dependência de fontes de receita específicas, como o turismo e as remessas dos emigrantes.

Em 2024, o setor do turismo manteve-se como o principal motor económico de Cabo Verde, representando cerca de 25% do PIB (fonte: Banco Mundial in “Cabo Verde - Country Climate and Development Report”). O crescimento económico do país foi de 7,2%, acima dos 5,4% de 2023, sustentado sobretudo pelos serviços de “alojamento e restauração” e “transportes e armazenagem” — segmentos impulsionados pela atividade turística. As remessas por seu turno atingiram os 30,6 mil milhões de escudos (cerca de 12% do PIB). Provenientes principalmente de Portugal (32 %), EUA (29 %) e França (19 %) (dados estatísticos BCV), essas remessas são cruciais para a balança de pagamentos e para estimular o consumo interno.

Esta concentração de receitas torna a estabilidade fiscal do país frágil diante de crises globais ou regionais. A crise provocada pela COVID-19 expôs esta vulnerabilidade de forma clara. O encerramento das fronteiras levou a uma queda abrupta das receitas do turismo, com impacto imediato sobre o emprego, o consumo e, naturalmente, sobre a arrecadação de impostos como o IVA.

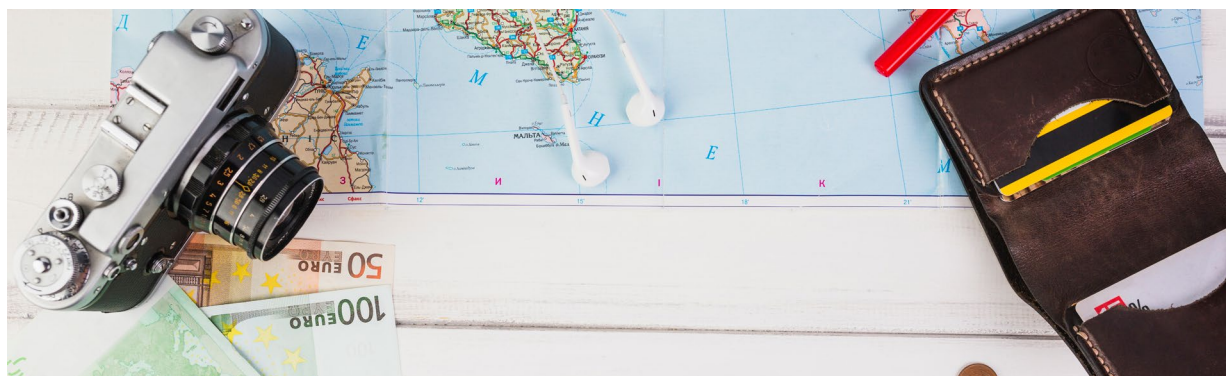
A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, teve efeitos globais que atingiram diretamente países como Cabo Verde. A disrupção nas cadeias de abastecimento e a escalada dos preços dos combustíveis e alimentos aumentaram a inflação interna e pressionaram o poder de compra das famílias. A necessidade de medidas de mitigação por parte do Estado, como subsídios e apoios sociais, implicou um aumento das despesas públicas.

A tensão crescente entre o Irão e Israel e o alargamento do conflito no Médio Oriente elevaram os riscos geopolíticos, com reflexos nos mercados energéticos e no transporte marítimo global. Para um arquipélago insular e dependente de importações como Cabo Verde, isso representa aumento de custos logísticos e de incerteza quanto ao abastecimento e à estabilidade de preços.

Por sua vez, os Estados Unidos têm adotado políticas económicas e monetárias agressivas — como a manutenção de taxas de juro elevadas — para conter a sua própria inflação, o que afeta os fluxos financeiros globais. As remessas dos emigrantes cabo-verdianos nos EUA e na Europa, embora relevantes, estão sujeitas a oscilações ligadas ao custo de vida e ao desemprego nos países de origem dessas transferências. Qualquer retração afeta o consumo interno e, por conseguinte, a arrecadação fiscal nacional.

O setor do turismo, que representa uma fatia significativa do PIB e das receitas fiscais indiretas, também é sensível a este ambiente internacional instável. Insegurança global, custos de transporte aéreo mais elevados e perceção de risco por parte dos turistas podem reduzir a procura pelo destino Cabo Verde, afetando diretamente a receita pública e o emprego.

Em contextos marcados por elevada incerteza internacional, como os decorrentes de choques geopolíticos ou alterações climáticas, impõe-se a necessidade de reforçar a resiliência económica e orçamental dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. No caso de Cabo Verde, tal passa por diversificar as bases produtivas e de receita, reduzir a vulnerabilidade externa e promover uma gestão fiscal prudente e contra cíclica, com o objetivo de salvaguardar a sustentabilidade das finanças públicas e o bem-estar das gerações atuais e futuras.



Entre choques e recuperação: resiliência económica como pilar da sustentabilidade. Caso de Cabo Verde

Doutor Osvaldo Borges, CFP

Introdução

Cabo Verde tem enfrentado, nos últimos anos, uma sucessão de choques económicos, com impactos significativos no crescimento económico, na inflação, no emprego e na sustentabilidade das finanças públicas. Este artigo analisa a resiliência económica do país face aos choques ocorridos entre 2014 e 2024, relacionando os seus efeitos sobre a sustentabilidade orçamental. Para tal, consideram-se os efeitos da seca prolongada, da pandemia da COVID-19, da guerra na Ucrânia, dos conflitos no Médio Oriente e da nova vaga de protecionismo comercial. Estes fatores intensificaram a incerteza global, aumentaram os custos das matérias-primas e limitaram o acesso ao financiamento concessional. Apesar das dificuldades que ainda persistem, os indicadores macroeconómicos e fiscais evidenciam progressos relevantes, sobretudo no reforço da resiliência económica e na consolidação das finanças públicas. Tais progressos foram determinantes para a recente graduação de Cabo Verde como país de rendimento médio-alto pelo Banco Mundial, em julho de 2025.

1. Enquadramento teórico

A resiliência económica é um conceito central na literatura económica contemporânea, especialmente no contexto de economias expostas a choques externos, crises financeiras, pandemias, alterações climáticas ou instabilidade política. De forma geral, a resiliência económica refere-se à capacidade de uma economia resistir, absorver, adaptar-se e recuperar dos efeitos adversos de choques, mantendo a sua trajetória de crescimento de forma sustentável. De acordo com Briguglio et al. (2009), a resiliência económica pode ser analisada em dois níveis: resiliência estática, que corresponde à capacidade de uma economia de resistir aos choques no curto prazo; e resiliência dinâmica, que diz respeito à capacidade de adaptação e de transformação estrutural nos médio e longo prazos. Esta distinção é importante para compreender que a simples resistência a choques não é suficiente — é necessário adaptar políticas, instituições e estruturas económicas para responder a novos desafios. Instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) também têm promovido o conceito de resiliência em suas estratégias de apoio a países em desenvolvimento. O Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade (RSF) do FMI foi criado para apoiar os países vulneráveis na inte-

gração da resiliência climática e económica nas suas políticas fiscais e de crescimento.

Relativamente ao conceito de sustentabilidade das finanças públicas, considera-se que as finanças públicas são sustentáveis quando o Estado consegue cumprir as suas obrigações presentes e futuras sem recorrer continuamente a novos financiamentos insustentáveis ou a ajustamentos abruptos na política fiscal. Blanchard et. al. (1990) argumentam que a política orçamental é sustentável se o valor atual das receitas públicas futuras for, pelo menos, igual ao valor atual das despesas públicas futuras, incluindo o serviço da dívida. Para a Comissão Europeia (2006), a sustentabilidade das finanças públicas requer que a dívida pública, em percentagem do PIB, tenda a estabilizar-se ou a reduzir-se a médio e longo prazo, sem necessidade de alterações drásticas na política fiscal. Segundo o Glossário do Conselho das Finanças Públicas (CFP) de Cabo Verde, publicado em 2024, o conceito de sustentabilidade orçamental refere-se à capacidade de um governo manter equilíbrio nas finanças públicas ao longo do tempo, garantindo que as suas receitas sejam suficientes para cobrir as suas despesas e, ao mesmo tempo, preservando a estabilidade económica a longo prazo. De acordo com n.º 2 do artigo 9.º da Lei que estabelece as Bases do Orçamento do Estado, Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, entende-se por sustentabilidade a capacidade de financiar todos os compromissos assumidos ou a assumir, conforme estabelecido na lei.

Do ponto de vista macroeconómico, a resiliência está intrinsecamente ligada à sustentabilidade das finanças públicas. Países com défices orçamentais persistentes e níveis elevados de endividamento público, como é o caso de Cabo Verde, encontram-se mais vulneráveis a choques externos e internos. Por outro lado, uma gestão prudente das contas públicas, combinada com a capacidade de mobilizar recursos internos, cria espaço orçamental para a adoção de políticas anticíclicas e para o investimento estratégico em períodos críticos. Contudo, importa sublinhar que a implementação eficaz de políticas anticíclicas exige a constituição prévia de reservas ou a acumulação de excedentes orçamentais em períodos de crescimento económico. Na ausência desses mecanismos, a resposta a choques tende a agravar os défices públicos e a aumentar os níveis de endividamento, comprometendo a estabilidade macroeconómica a médio prazo.

2. Resiliência económica e sustentabilidade das finanças públicas

2.1 Choques económicos - natureza e impacto

Cabo Verde, um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), com cerca de meio milhão de habitantes e situado na costa da África Ocidental, caracteriza-se pela ausência de recursos minerais, de poupança interna, de mercado e por uma precipitação escassa e irregular, sendo altamente vulnerável a choques externos, climáticos e geopolíticos. A estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade fiscal têm sido pilares centrais da sua estratégia de desenvolvimento. Ao longo da última década, o país registou múltiplos eventos disruptivos, com especial destaque para os seguintes:

- Seca prolongada (2015-2019): afetou a produção agrícola, aumentou a insegurança alimentar e agravou o desequilíbrio regional;
- Pandemia da COVID-19 (2020-2022): teve impactos particularmente severos no setor mais dinâmico da economia cabo-verdiana – turismo, resultando em perdas sem precedentes e originando globalmente uma contração do PIB superior a 14% em 2020 (INE, 2025). Este choque provocou uma forte queda nas receitas fiscais, impulsionou o aumento da despesa pública e conduziu à expansão significativa do défice orçamental;
- Guerra na Ucrânia (iniciada em 2022): provocou um aumento acentuado dos preços globais dos combustíveis e dos alimentos, pressionando a inflação interna e agravando os encargos com os subsídios públicos;
- Conflitos no Médio Oriente e tensões comerciais EUA-China (2023-2025): agravaram a incerteza nos mercados financeiros, dificultaram o acesso ao financiamento concessional e intensificaram a volatilidade económica global.

2.2 Retoma económica

A economia cabo-verdiana vem mantendo a trajetória de recuperação após os sucessivos choques da última década, com destaque para os efeitos da pandemia da COVID-19, da guerra na Ucrânia e dos conflitos no Médio Oriente.

Segundo as estimativas do INE (2025), Cabo Verde registou um crescimento real do PIB de 7,2%, em 2024, impulsionado pelo forte desempenho do setor do turismo. Em 2014, o crescimento económico foi de 1,0%, tendo aumentado para 5,7% em 2019. Contudo, em resultado direto das restrições associadas à pandemia da COVID-19,

registou-se uma contração acentuada (-14,8%) em 2020, provocando sobretudo o colapso do turismo, o principal motor da economia cabo-verdiana. A recuperação iniciou-se em 2021 (7%), com a economia a crescer 17,7% em 2022. Em 2023, o crescimento económico foi de 5,1% refletindo, segundo o Conselho das Finanças Públicas (CFP, 2025), a normalização das atividades económicas e o dinamismo do setor privado no contexto da retoma pós-pandemia. A inflação foi de 1% em 2024 (face a 7,9% em 2022). A taxa de desemprego projetada situou-se em 8,0% em 2024, o menor valor do período em estudo.

Segundo o CFP (2025), verificou-se, do ponto de vista fiscal, uma melhoria expressiva na posição orçamental. O défice orçamental foi reduzido para apenas 0,2% do PIB, o nível mais baixo registado desde 2004, impulsionado por um crescimento de 21,9% nas receitas fiscais, refletindo o dinamismo económico e melhorias na administração tributária. O relatório “Cabo Verde Public Finance Review: Enhancing fiscal sustainability in the face of shocks”, divulgado pelo Banco Mundial em 2025 estimou que as reformas fiscais podem gerar um espaço orçamental adicional equivalente a 3,65 - 4,15 % do PIB.

A evolução do rácio da dívida pública em relação ao PIB de Cabo Verde, entre 2014 e 2024, apresenta quatro momentos-chave, refletindo a interação entre choques externos e políticas de consolidação fiscal. Em 2015, registou-se um aumento acentuado de 9,4 pontos percentuais, com o rácio da dívida a aumentar de 105,6% para 115,0% do PIB. Seguiu-se um período de ajustamento gradual até 2019, quando o rácio recuou para 109,2%. O impacto da pandemia da COVID-19, em 2020 e 2021, conduziu a picos históricos de 145,6% e 146,8%, respetivamente, resultado das medidas extraordinárias adotadas para mitigar os efeitos económicos e sociais da crise sanitária (Ministério das Finanças (MF), 2024; CFP, 2025). Posteriormente, a dívida entrou numa trajetória descendente sustentada, atingindo 122,8% em 2022 e 113,0% em 2023, impulsionada pelo crescimento do PIB, pela retoma da atividade económica e pelo reforço da disciplina fiscal. Para 2024, o MF projeta que o rácio da dívida se situe em torno de 106,2% do PIB, refletindo o efeito conjugado da consolidação orçamental e da mobilização de financiamentos concessionais.

Para o CFP (2025), entre 2014 e 2019, apesar de défices primários negativos, a sustentabilidade foi assegurada pela combinação de taxas de juro moderadas e um crescimento económico estável. Em 2020, no auge da pandemia, registou-se um forte endividamento externo, o défice primário

rio agravou-se significativamente (-6,4% do PIB) e a economia registou uma contração acentuada, comprometendo temporariamente a sustentabilidade da dívida. No entanto, a situação foi rapidamente ultrapassada e, em 2021, apesar de haver défice, o crescimento voltou a ser positivo, e a dívida tornou-se novamente sustentável. Nos anos de 2022 e 2023, a recuperação consolidou-se, com forte crescimento do PIB e uma melhoria significativa dos saldos primários (2,1% do PIB), reforçando a sustentabilidade da dívida pública. A recuperação do turismo entre 2022-2024 impulsionou as receitas fiscais. Importa referir que Cabo Verde tem investido na resiliência climática e económica principalmente através de projetos de digitalização, energia renovável e economia azul. Exemplo disso são os empréstimos do Banco Mundial que abordam, de forma integrada, a consolidação fiscal, a transição energética e o empoderamento económico feminino. Também Portugal e a União Europeia têm contribuído via mecanismos de “debt-for-climate” para reforçar a adaptação climática.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reconhece também os progressos sustentáveis alcançados. Em janeiro de 2025 concluiu a quinta avaliação da Facilidade de Crédito Ampliado (ECF) e do mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade (RSF), realçando a descida constante do rácio da dívida em relação ao PIB, o cumprimento da maioria dos objetivos macrofinanceiros e uma trajetória de crescimento real estimada em 6% para 2024 (FMI, 2025). O FMI e Banco Mundial destacam que a sustentabilidade passa igualmente pela gestão prudente das empresas públicas, evitando os riscos fiscais associados a estas.

Estes resultados, assentes num modelo de resiliência económica e sustentabilidade pública posicionam Cabo Verde como um exemplo de governação fiscal disciplinada e visão estratégica para enfrentar choques futuros, internos e externos, permitindo a sua graduação como país de rendimento médio-alto.

Considerações finais

A resiliência económica de Cabo Verde assenta, fundamentalmente, numa base sólida composta pela disciplina orçamental, pela gestão eficiente da dívida pública e pela capacidade de mobilização de recursos externos, alicerçado na sustentabilidade das finanças públicas. Entre 2014 e 2024, Cabo Verde demonstrou notável resiliência face a múltiplos choques. A recuperação económica no período pós-pandemia e a redução substancial do rácio da dívida pública em relação ao PIB destacam-se entre as con-

quistas mais relevantes. No entanto, apesar dos progressos alcançados, a resiliência económica do país continua, em grande medida, parcial e reativa. Ainda, persistem vulnerabilidades que ameaçam a consolidação orçamental e a estabilidade macroeconómica.

A recente transição de Cabo Verde para a categoria de país de rendimento médio alto coloca exigências acrescidas à eficácia da governação económica e à qualidade da despesa pública. Neste novo contexto, torna-se imperativo reforçar a eficiência e a justiça na política orçamental, assegurando que o crescimento económico se traduza efetivamente em progresso social duradouro e numa trajetória de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Referências bibliográficas

- Banco Mundial (2005). Cabo Verde Public Finance Review: Enhancing fiscal sustainability in the face of shocks. World Bank Group. The World Bank, IBRD – IDA. IFC. MIGA.
- Blanchard, O., Chouraqui, J. C., Hagemann, R. P., & Sartor, N. (1990). The sustainability of fiscal policy: New answers to an old question. OECD Economic Studies, No. 15, Autumn 1990, pp. 7–36. Paris: OECD.
- Briguglio, L., Cordina, G., Farrugia, N., & Vella, S. (2009). Economic vulnerability and resilience: Concepts and measurements. Oxford Development Studies, 37(3), 229–247.
- Comissão Europeia (2006). Public finances in EMU – 2006 (European Economy No. 3/2006). Brussels: Directorate-General for Economic and Financial Affairs.
- Conselho das Finanças Públicas (CFP). (2024). Glossário dos Termos das Finanças Públicas. Praia. Cabo Verde.
- Conselho das Finanças Públicas (CFP). (2025). Relatório de Execução Orçamental de 2023. Apreciação da Conta Geral do Estado 2023. Praia. Cabo Verde.
- Fundo Monetário Internacional. (FMI). (2025). Relatório de avaliação do programa da Facilidade de Crédito Ampliado e do Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade para Cabo Verde. Washington, DC: FMI.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2005). Contas Nacionais Trimestrais. Praia. Cabo Verde.
- Ministério das Finanças (MF) (2024). Orçamento do Estado para 2025 - Diretrizes. Praia. Cabo Verde.



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida de China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3º
Andar - Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago - Cabo
Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

